

Estudo Técnico Preliminar 59/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08201.000949/2023-50

2. Descrição da necessidade

2.1. A Cadeia de Custódia é o conjunto de procedimentos de registro da origem, das transferências de custódia (com a consequente responsabilidade) e de destinação final dos elementos de prova coletados ou produzidos no âmbito do processo penal, tendo sido formalmente introduzida no Direito Processual Penal brasileiro com o advento da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

2.2. O objetivo principal da Cadeia de Custódia é garantir, além do histórico detalhado de cada elemento de prova, a identidade inequívoca desse elemento e sua integridade. Com isso, pretende-se dotar os elementos de prova levados pela Polícia Federal ao Sistema de Justiça Criminal de um elevado grau de confiabilidade, valorizando todo o trabalho realizado e tornando praticamente inviável qualquer tipo de questionamento no sentido de desqualificá-lo.

2.3. Como forma de atingir seus objetivos, a Cadeia de Custódia demanda alguns requisitos elementares de funcionamento:

I- deve haver uma sistemática que permita a individualização de cada elemento de prova, sua fácil e inequívoca identificação e sua relação com o fato investigado;

II - toda transferência de custódia, ou seja, toda transferência de responsabilidade pela guarda de qualquer elemento de prova, deve ser registrada, inclusive a primeira movimentação, quando o material entra na esfera de domínio da Polícia Federal, e a última, quando ele deixa o domínio da instituição (ou quando deixa de ser considerado elemento de prova);

III - durante todo o tempo que o material permanecer sob o domínio da Polícia Federal, deve haver um responsável formal por sua guarda, sendo esse responsável denominado de custodiante;

IV - deve haver uma sistemática que permita a detecção de acessos não autorizados que possam comprometer a integridade dos elementos de prova.

2.4. A forma mais comum de implementação de cadeias de custódia, capaz de suprir os requisitos dos itens acima elencados, envolve a utilização de lacres numerados e de embalagens numeradas para o acondicionamento dos elementos de prova, juntamente com formulários (em papel ou eletrônicos) de registro das transferências.

2.5. Os lacres numerados, com números únicos, possibilitam uma identificação simples, rápida e eficiente de cada elemento, solucionando de forma satisfatória a questão da identificação, servindo ainda como indicadores da inviolabilidade do material, demonstrando a ocorrência de acessos não autorizados.

2.6. As embalagens, de formas e de materiais pré-definidos, são necessárias à preservação das características dos vestígios, protegendo-os de danos, de degradação precoce ou de contaminações, auxiliando na manutenção da integridade. Os formulários de registro de transferências solucionam simultaneamente a questão da manutenção do histórico dos elementos de prova e da formalização do responsável por sua custódia.

2.7. Essa metodologia aplica-se imediatamente aos vestígios materiais coletados em locais de crime sendo esse modelo de cadeia de custódia utilizado por quase todas as instituições policiais, de perícia criminal em geral, de exame de dopagem desportiva, de exames médicos de análises clínicas, de análises farmacêuticas, de análises ambientais etc. para garantir a identidade e a integridade dos materiais coletados para exames.

2.8. Explicitadas as razões da presente contratação e considerando que as embalagens de segurança da cadeia de custódia são materiais classificados como bens comuns e de uso constante pela Perícia Criminal Federal (podendo ainda ser utilizados por outras áreas da Polícia Federal), justifica-se a aquisição do objeto por meio de pregão, modalidade de licitação disciplinada pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

2.9. Considerando a inviabilidade de definição de uma quantidade precisa dos objetos a serem utilizados nos exercícios, podendo haver demanda maior ou menor, o que dependerá da quantidade de objetos/vestígios a serem periciados por demandas judiciais. Sendo prioridade que não haja falta das embalagens, em hipótese alguma. Considerando que a compra será centralizada na Diretoria Técnico Científica da Polícia Federal, optou-se as aquisições na Modalidade Pregão Eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos dos Incisos I e III do Art. 3º da Decreto 11.462/2023, que garante a possibilidade de aquisição parcelada.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SERVIÇO DE PERÍCIAS DE LABORATÓRIO - SEPLAB /DPLAD/INC/DITEC/PF	MARDEN JORGE FERNANDES ROSA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Sustentabilidade

Por se tratarem de embalagens plásticas, após o seu uso e consequente inutilização para fins de acondicionamento de material pericial, tais embalagens podem ser destinadas para reciclagem através de coleta seletiva de resíduos sólidos.

4.2. Indicação de marcas ou modelos.

Na presente contratação não será exigida a indicação de marca, contudo os itens deverão atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência .

4.3. Da exigência de amostra

Será exigida a apresentação de amostras dos itens, conforme estabelecido na descrição da solução como um todo.

4.4. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, haja visto, que será um aquisição com pronta entrega.

4.6. Dos benefícios a ME/EPP (e equiparados)

Considerando a restrição do mercado em relação aos objetos licitados os itens não serão exclusivos para ME/EPP, considerando os termos do Inc. I do Art. 10 do Decreto nº 8.538/2015 e Inc. II do Art. 49 da LC 123/2006. Considerar-se-á apenas o critério de desempate, tendo em vista que o sistema de compras do Governo utiliza o procedimento automaticamente nos termos do Art. 5º do Decreto nº 8.538/2015.

4.7. Trata-se de uma contratação de natureza comum, não ser tratando de bem o serviço de alta complexidade, desse modo, não será permitida a participação de consórcios e/ou cooperativas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para levantamento de soluções no mercado, foi observado os parâmetros prescritos na IN nº65/2021 nos art.3º , 5º e 6º

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo: I - descrição do objeto a ser contratado;

IV. 1. I- identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

II- caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados;

III- método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

IV- justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

V- memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VI- justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V- pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a. 1. descrição do objeto, valor unitário e total;
- b. 2. número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c. 3. endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d. 4. data de emissão; e
- e. 5. nome completo e identificação do responsável.

III- informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente

Seguindo os parâmetros supracitados, foram realizadas pesquisas nos portais de licitações públicas: www.compras.gov.br e no aplicativo www.bancodeprecos.com.br, bem como, nos sítios de empresas especializadas na fabricação de comercialização de envelopes plásticos de segurança. Contudo, verificou-se que os produtos genéricos ofertados no mercado não atendiam às especificações requeridas pela instrução de Serviço nº24/2019 - DITEC/PF. Logo, a alternativa seria a pesquisa direta, junto a empresas que produzem envelopes customizados conforme a especificação solicitada pelo contratante.

Como resultado desta, pesquisa direta, apenas duas empresas apresentaram proposta de preços que se adequavam às especificações pretendidas por esta DITEC/PF, com a ressalva que para o modelo de envelope tipo G(850x1300mm) foi informado que a indústria não oferece envelopes com a abertura maior que 405mm de largura e nem com comprimento superior a 1310mm. Assim, foi substituído os envelopes tipo G (850mmx1300mm) por envelopes de 405mmx745mm com sanfona lateral de 120 mm e para o item tipo H (505mmx1500mm), foi substituído pelo envelope de 405mmx1310mm.

As condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado foram observadas nesta contratação, conforme art. 40, inc. I, da Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. As embalagens de segurança da cadeia de custódia encontram-se padronizadas no âmbito do Sistema Nacional de Criminalística por meio da Instrução de Serviço nº 024-DITEC/PF, de 19 de agosto de 2019. Os requisitos das embalagens em sua configuração básica são abaixo reproduzidos:

- **CARACTERÍSTICAS GERAIS**
- Embalagem de segurança, tipo saco retangular, sem recortes ou abas nas laterais, com **numeração identificadora única** (não repetitiva) **gravada no filme plástico da embalagem e no sistema do próprio de lacre de segurança, ambas do mesmo lado.**
 - o método de fechamento do lacre deve apresentar características tais que não possibilitem violação e novo fechamento sem deixar marcas evidentes;
 - a tolerância de fabricação deve ser de ± 5 mm em todas as dimensões;
 - a embalagem deve ser fabricada em filme plástico coextrusado de três camadas e semirrígido, com impressão personalizada em ambos os lados conforme leiaute geral padronizado pela Instrução de Serviço nº 024-DITEC /PF;
 - o lacre e a embalagem devem consistir de uma única estrutura, construídos com materiais de consistência e maleabilidade similares;
- **CARACTERÍSTICAS DO FILME PLÁSTICO**
 - o filme plástico das embalagens deve ter transparência suficiente para identificar os objetos em seu interior e realizar leitura de caracteres porventura gravados nos objetos;
 - não deve apresentar rugas, bolhas, furos, deformações ou mudanças de transparência ao longo de toda a embalagem que possam se assemelhar a tentativas de abertura;
 - ter resistência suficiente para proteger e suportar o conteúdo até o limite de peso especificado;
 - as soldas laterais (nos modelos B, C, D E e F) e no fundo (nos modelos G e H) de fechamento da embalagem devem ter uma faixa de segurança feita de forma a caracterizar qualquer tentativa de violação pela solda;
 - a faixa de segurança das soldas laterais (nos modelos B, C, D E e F) e no fundo (nos modelos G e H) da embalagem devem ser dotadas de impressão de linhas curvas ou similares que facilitem a identificação de violações; e
 - a lateral inferior da embalagem e oposta ao lacre deve ter acabamento tipo dobra ou sanfona (nos modelos B, C, D E e F) no plástico e não deve ter acabamento tipo solda. Nos modelos G e H, a solda dos itens são ao fundo;
 - a numeração identificadora deve ser também gravada no filme plástico em código de barras de padrão comercial, como Code128 ou compatíveis, e com perfeita legibilidade e definição de impressão;
- **CARACTERÍSTICAS DO LACRE**
 - os lacres de segurança das embalagens serão sempre descartáveis, sem possibilidade de reuso e devem registrar de forma visível quaisquer violações ou tentativas de violação, para ser possível constatá-las a olho

nu, indicando, necessariamente, os ataques mecânicos e, opcionalmente, apresentando sistema de alerta para evidenciar ataques de frio extremo, sensor termocrômico contra ataques de jato quente e sistema de marcas contra ataques pelo uso de solventes;

- para viabilizar o eventual congelamento de vestígios, o lacre deve se manter completamente fechado na faixa de temperatura entre -20 °C até 65 °C e não deve estar sujeito a uma abertura acidental nessa faixa;

- **LEIAUTE DA EMBALAGEM**

- o leiaute geral das embalagens de segurança deve obedecer aos desenhos de arte constantes na Instrução de Serviço nº 024-DITEC/PF, sendo permitidas adaptações conforme as dimensões da embalagem, incluindo mudanças de orientação espacial do formulário e localização do lacre de segurança, respeitada a **presença obrigatória da expressão "Perícia Criminal Federal"** para todos os tamanhos de embalagem;
- a impressão do leiaute deve ser realizada com uniformidade de cores, sem falhas e manchas que possam se assemelhar a tentativas de abertura;
- a impressão do formulário padronizado deve ser realizada em fundo branco e deve possibilitar a escrita em caneta esferográfica, com rápida absorção para evitar borrões, sem a possibilidade de apagamento da escrita e com aderência a etiquetas adesivas convencionais;
- as siglas laterais "PF" do leiaute devem coincidir com as soldas laterais;

- **DIMENSÕES**

- Embalagem TIPO B: 155 x 200 mm;
- Embalagem TIPO C: 195 x 280 mm;
- Embalagem TIPO D: 265 x 345 mm;
- Embalagem TIPO E: 315 x 410 mm;
- Embalagem TIPO F: 405 x 485 mm;
- Embalagem de segurança - Tipo G: 405 x 745mm + sanfona lateral 120 mm
- Envelope de segurança Tipo H: 405mmx 1310mm
- Observação: A tolerância de fabricação deve ser de ± 5 mm em todas as dimensões.

- **DISPOSIÇÕES GERAIS**

- é permitida a inserção de instruções de uso da embalagem e de nome com contato telefônico do fabricante no leiaute, vedada a inserção de qualquer propaganda do produto ou do fabricante, como vantagens, logomarcas, preços, **QR code** ou **websites**;

6.2. Devido à importância das embalagens de segurança no processo da cadeia de custódia, à **necessidade de personalização e padronização visual (impressão de brasão da Polícia Federal)**, e à **necessidade de os códigos de barras serem reconhecidos pelo sistema informatizado de gestão da Perícia Criminal da Polícia Federal (Sistema Nacional de Gestão de Atividades da Criminalística – SISCRIM)**, faz-se necessária a **apresentação e análise de amostras das embalagens antes da conclusão da compra**.

6.3. Para avaliar a conformidade do produto oferecido com os requisitos técnicos, serão utilizadas a quantidade de 80 (oitenta) embalagens de segurança como amostras, 10 (dez) unidades de cada tamanho especificado, conforme explicitado na Tabela 1:

Tabela 1: Amostras a serem fornecidas por tipos de embalagens plásticas

ITEM	Tamanho/Tipo/Modelo	Quantidade de amostras
1	Embalagem de segurança - TIPO B: 155 x 200 mm	10
2	Embalagem de segurança - TIPO C: 195 x 280 mm	10
3	Embalagem de segurança - TIPO D: 265 x 345 mm	10
4	Embalagem de segurança - TIPO E: 315 x 410 mm	10
5	Embalagem de segurança - TIPO F: 405 x 485 mm	10
6	Embalagem de segurança - Tipo G: 405 x 745mm + sanfona lateral 120 mm	10

7	Envelope de segurança Tipo H: 405mmx 1310mm	10
---	---------------------------------------------	----

6.4. As amostras serão analisadas por uma comissão, nomeada por portaria publicada em Aditamento Semanal da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, na fase de aceitação do material, durante a realização do certame licitatório. As análises serão realizadas por meio de critérios objetivos, tendo por base os requisitos especificados, inclusive, eventualmente, fazendo-se uso e teste prático do sistema de lacre. Para fins de aceitação ou rejeição das amostras apresentadas, serão considerados os defeitos CRÍTICOS, GRAVES e TOLERÁVEIS, definidos pela norma NBR 5426.

6.5. A apresentação das amostras contendo defeitos CRÍTICOS, implicará na recusa do objeto e, consequentemente, à não contratação e aplicação das penalidades previstas. As amostras que apresentarem defeitos GRAVES poderão, a critério da Polícia Federal, ser aceitas, com a condicionante de que a licitante apresente amostras nas mesmas quantidades descritas nesta especificação, com todas as divergências apontadas corrigidas no prazo assinalado em edital, a fim de garantir que compreendeu as divergências apontadas e tem condições de corrigi-las. As amostras que eventualmente apresentarem defeitos considerados TOLERÁVEIS, a critério da Polícia Federal, poderão ser corrigidas quando da produção definitiva do material, mediante comunicação ao fornecedor requisitando o saneamento de tais defeitos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A expectativa dos custos dos 7 (sete) tipos de embalagens (itens) constantes do levantamento técnico de embalagens de materiais constante no SISCRIM (Sistema de Criminalística) e, com possibilidade dos SETEC's e Utec's manifestarem interesse em participar do processo licitatório para Registro de Preços com a indicação dos seus respectivos quantitativos dentre os itens listados na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2: QUANTITATIVO E PREÇOS ESTIMADOS TOTAIS PARA OS ITENS:

Total DITEC/PF e Participantes							
MATERIAL	Quant. Máx.	PROSEG COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. CNPJ: 14.812.838/0001-94	SAFELOCK - PRODUTOS DE SEGURANÇA IND. E COM. LTDA. CNPJ: 42153841/0001-89	Preço Médio	Desvio Médio	Preço Unit. Máximo	Valor Total (R\$)
Envelope de segurança Tipo B: 155mm x 200mm	277.450	R\$ 1,46	R\$ 1,35	R\$ 1,41	R\$ 0,05	1,46	R\$ 405.077,01
Envelope de segurança Tipo C: 195mm x 280mm	154.702	R\$ 2,26	R\$ 2,09	R\$ 2,18	R\$ 0,09	2,27	R\$ 351.173,54
Envelope de segurança Tipo D: 265mm x 345mm	117.839	R\$ 2,78	R\$ 2,56	R\$ 2,67	R\$ 0,11	2,78	R\$ 327.592,42
Envelope de segurança Tipo E: 315mm x 400mm	99.991	R\$ 3,40	R\$ 3,13	R\$ 3,27	R\$ 0,14	3,41	R\$ 340.969,31
Envelope de segurança Tipo F: 405mm x	75.597	R\$ 5,29	R\$ 4,89	R\$ 5,09	R\$ 0,20	5,29	R\$ 399.908,13

485mm							
Envelope de segurança Tipo G: 405mmx745mm + sanfona lateral 120 mm	58.825	R\$ 9,40	R\$ 8,68	R\$ 9,04	R\$ 0,36	9,4	R\$ 552.955,00
Envelope de segurança Tipo H: 405mmx 1310mm	64.274	R\$ 10,94	10,04	R\$ 10,49	R\$ 0,45	10,94	R\$ 703.157,56
						Total	R\$ 3.080.832,96

7.2. Considerando tratar-se de produtos com pouca oferta no mercado e que a aquisição de poucas quantidades torna os valores mais altos, uma vez que há de se preparar matrizes exclusivas para atendimento de demanda personalizada. Desse não se vislumbra quantidade mínima. Considere-se ainda que a unidade demandante, quando necessário, atende demandas de outras unidades e subunidades da Diretoria Técnico Científica da Polícia Federal em todo o País, não há que se falar em quantitativos mínimos tendo em vista que não há como se estimar factualmente a quantidade de objetos de vestígios a serem movimentados entre as diversas unidades e subunidades para perícias demandadas da justiça. Desse modo, justifica-se a quantidade solicitada, considerando-se ainda tratar-se de material com longo período de validade e com pouca oferta de mercado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.080.832,96

8.1. Conforme quantitativo levantado para atender a demanda desta DITEC/PF e de todas as unidades dos SETEC's e Utec's que participarão e os preços obtidos através de pesquisa de mercado, a estimativa inicial para contratação será de R\$ 3.080.832,96 (três milhões, oitenta mil oitocentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos). Vale destacar no entanto que, esse valor está considerando a estimativa de manifestação das unidades descentralizadas que irão participar do processo licitatório.

8.2. Em que pese o termo de contrato assinado, as aquisições serão de acordo com a demanda e disponibilidade orçamentária do exercício, podendo serem adquiridos por parcelas ou em alguns casos, na sua totalidade.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto da contratação será composto por itens, sendo o parcelamento uma solução viável a fim de garantir a competição na licitação, conforme disposto no §2º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, observado os critérios técnicos e economicamente viáveis, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 No ano de 2021, esta mesma DITEC realizou Pregão Eletrônico SRP 05/2021 (Processo nº08059.000424/202-62) visando a aquisição desse mesmo conjunto de embalagens. Contudo, a Ata de Registro de Preços encontra-se atualmente com sua vigência expirada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente aquisição está alinhada com o recém aprovado Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, instituído pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, o qual já estabelece dentre suas diretrizes, o aprimoramento da governança, modernização do Estado e da gestão pública federal, com eficiência administrativa, visando assegurar que o Estado brasileiro se modernize de forma contínua, aplicando as melhores técnicas, ferramentas e estratégias para exercer suas competências e maximizar o impacto da sua atuação na sociedade.

11.1.1. Trata-se da contratação 40/2022, constante do PGC da UASG 200406, referente ao objeto que se pretende licitar.

11.2. De forma mais específica, o novo PPA foca na formulação de estratégias orientadas para o combate ao crime organizado e à violência, sendo que a aquisição em tela melhor se alinha ao Programa 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento, atendendo aos seguintes objetivos, metas e investimentos prioritários do Programa Justiça, Cidadania e Segurança Pública (Anexo da Lei nº 13.971/2019):

PROGRAMA: 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

Diretriz: 06 - Intensificação do combate à corrupção, à violência e ao crime organizado

Órgão Responsável: Ministério da Justiça e Segurança Pública

- **Objetivo 1206** - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- **Metas 2020 – 2023:**
 - 050N - Realizar 40.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA.

11.3. De particular importância em casos criminais, a cadeia de custódia pode se iniciar de diversas maneiras, sendo que as citadas operações de combate à criminalidade são inerentemente instrumentos de obtenção de provas no âmbito do Sistema de Justiça Criminal. O policial federal responsável pela sua iniciação, o primeiro custodiante, deverá, imediatamente, providenciar a identificação do elemento de prova de forma inequívoca e, logo em seguida ou assim que possível, acondicionar esse elemento em embalagem apropriada, lacrada.

11.4. Além do PPA, a presente proposta encontra-se alinhada com a Carteira de Projetos Estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo certo que contribuirá para o alcance dos objetivos propostos na estratégia daquele Ministério, podendo-se citar os seguintes:

- **PROJETOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**
 - **POLÍCIA FEDERAL**
 - **P435** – Perfil Químico de Drogas – Pequ fase II
 - **SENASP**
 - **P419** – Fortalecimento da Rede Integrada de Perfis Genéticos
 - **P420** – Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB

11.5. Todos os projetos estratégicos listados, em alguma medida, contam com procedimentos de cadeia de custódia como mecanismo para o adequado tratamento dos vestígios e materiais objeto de análise.

11.6. Em relação ao Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, a presente aquisição encontra-se ao alcance dos objetivos institucionais listados no quadro abaixo, sendo parte do esforço de se praticar gestão moderna, contribuindo para a obtenção dos melhores resultados das ações estratégicas definidas. Promovendo a integridade da prova, a possibilidade de rastreamento de vestígios associados ao ato criminoso e garantindo e preservando a confiabilidade e transparência do processo de investigação do crime, os procedimentos de cadeia de custódia se materializam como uma das principais medidas de gestão da qualidade da prova. Ademais, o procedimento de compra pelo Órgão Central objetivando atingir grande parte das unidades de criminalística da Polícia Federal contribui significativamente para a racionalização processo de aquisição, com foco na economicidade.

9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

9.4. Objetivo Institucional: Reduzir a Criminalidade Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

[...]

9.4.4. Ação Estratégica: Gestão da Qualidade da Prova Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de preservação da prova tratada no âmbito da polícia judiciária, aprimorando o controle da cadeia de custódia e primando pela sua excelência, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

[...]

9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

[...]

9.7.3. Ação Estratégica: Gestão de Compras Orientar, formalizar, executar e gerenciar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade.

11.7. Por fim, considerando o Mapa Estratégico da Perícia Criminal Federal para o período de 2019 a 2023, a presente aquisição encontra-se em sintonia com os seguintes objetivos estratégicos da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Contribuir como instrumento efetivo para garantia dos direitos fundamentais	Fornecer à sociedade, como resultado do trabalho pericial, uma visão científica sobre o vestígio, isenta de interesses, que garanta os direitos fundamentais de todos cidadãos.
Apresentar excelência na qualidade da prova	Melhorar continuamente a qualidade dos exames e do Laudo Pericial Criminal, com a constante atualização e qualificação dos Peritos Criminais e da normatização, avaliação e acompanhamento dos Laudos Periciais Criminais elaborados.
Fortalecer e disseminar a cadeia de custódia de provas	Formalizar, fortalecer e disseminar as práticas para garantir a cadeia de custódia. A observância de procedimentos legais e científicos no tratamento da evidência dá origem à figura jurídica chamada Cadeia de Custódia. A cadeia de custódia é caracterizada pela sucessão de eventos e procedimentos realizados de forma segura e confiável, iniciados na cena do crime, que promovem a idoneidade e integridade da evidência até sua utilização pelo Poder Judiciário como elemento probatório (LOPES; GABRIEL; BARETA, 2006)
Aperfeiçoar as atividades de logística e aquisições	Melhorar os processos de logística e de aquisições, de forma a amenizar os efeitos da burocracia e intrínseca a essas atividades.

11.8. A relação entre ciência e justiça tem se estreitado e se tornado cada vez mais coesa. A publicação da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 trouxe um aperfeiçoamento da legislação processual penal, instituindo formalmente um sistema de cadeia de custódia no âmbito do processo penal, fortalecendo procedimentos que já constavam como boas práticas da perícia

criminal. Dessa forma, todos os procedimentos da cadeia de custódia levados a efeito pela Perícia Criminal Federal tem relação direta com a garantia dos direitos fundamentais e qualidade da prova produzida pela criminalística.

11.9. Portanto, tendo em vista o exposto nesta seção, constata-se que a contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico não apenas da Polícia Federal mas como das políticas de segurança pública.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A presente contratação visa garantir e fortalecer a Cadeia de Custódia com a aquisição de materiais (embalagens plásticas) cuja integridade seja protegida, destinando e preservando adequadamente elementos de prova coletados ou produzidos no âmbito do processo penal, sejam em provas periciais diretas ou indiretas, em Locais de Crime ou não, adaptando a Diretoria Técnico-Científica (DITEC) da Polícia Federal aos requisitos da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Essa compra está alinhada aos Objetivos Estratégicos da DITEC/PF no tocante ao objetivo de propiciar a atuação de excelência das unidades de criminalísticas descentralizadas, orientando e padronizando os procedimentos de registro da origem, das transferências de custódia e suas destinações finais (armazenamento definitivo), com a simplificação da identificação das consequentes responsabilidades.

12.2. Os resultados pretendidos são manter o elevado grau de confiabilidade no trabalho pericial de produção de provas evitando questionamentos quanto às embalagens de segurança e seus lacres manuseados ao longo da cadeia de custódia. Os lacres numerados e as embalagens numeradas para acondicionamento dos elementos de prova e o registro de suas transferências fazem parte dos instrumentos de planejamento deste Órgão, alinhando-se com uma abordagem técnico-científica harmônica e consistente com a legislação em vigor, relacionada à área científica.

12.3. As despesas decorrentes desta aquisição correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2023 e 2024, a cargo da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal e das Superintendências Regionais da Polícia Federal nos Estados que por ventura manifestem interesse em participar da licitação.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Após a conclusão deste Estudo Técnico Preliminar, será necessário executar as seguintes etapas:

13.1.1 Elaborar Mapa de Gerenciamento de Risco

13.1.2 Termo de Referência

13.1.3 Minuta de Edital

13.1.4. Cadastrar a Intenção de Registro de Preços e comunicar às demais unidades da Polícia Federal dos estados para manifestação de interesse em participar do processo licitatório

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Por se tratarem de embalagens plásticas, após o seu uso e inutilização, podem os seus resíduos serem direcionados para reciclagem, via coleta seletiva de lixo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição é viável e não é a primeira vez que esta DITEC/PF realiza contratação desta natureza, tendo este objeto

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALVERNACK BESERRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/03/2024 às 10:59:18.

CAMILA RAMOS CABRAL

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/03/2024 às 11:12:43.

Despacho: Nº 00029754853/2023-GESCON/DIALOG/DITEC/PF

ELVIO DIAS BOTELHO

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 25/03/2024 às 11:04:50.

CARLOS DIAS DE MEDEIROS NETO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/03/2024 às 11:17:09.